



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)  
ISSN 2177-3688

**GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação**

Comunicação Oral

**A LEI 10.639/03 NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA  
REGISTRADOS NO CNPq<sup>1</sup>**

***THE LAW 10,639/03 IN THE RESEARCH GROUPS DIRECTORY  
RECORDED AT CNPq***

**Nicácia Lina do Carmo, UFPE**  
nicaciaufc@yahoo.com.br

**Leilah Santiago Bufrem, UFPE**  
santiagobufrem@gmail.com

**Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia, UFPE**  
aegcc3@gmail.com

**Resumo:** Analisa as produções científicas sobre a Lei 10.639/03, identificando, por meio de buscas e recuperação dos dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) registrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as linhas de pesquisa recuperadas, os grupos de pesquisadores, as áreas e as instituições em que estas linhas estão inseridas e suas respectivas produções científicas. Identifica os conteúdos relacionados à Lei 10.639/03, caracterizando, dessa forma, os assuntos de cada trabalho analisado. Define subcategorias que representam os artigos publicados, cujas principais discussões ocorrem sobre a prática/formação docente, educação/currículo escolar e implementação dessa lei. Destaca a importância da temática e o interesse recorrente dos pesquisadores em realizar esses estudos e discussões sobre os vários desafios a serem enfrentados, observando que as publicações em periódicos não são o principal foco desses estudiosos. Conclui destacando a relevância do DGP, dos grupos e pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores para o enriquecimento das temáticas por eles estudadas e a construção e disseminação de conhecimentos, incluindo reflexões a respeito da caracterização dos trabalhos publicados.

---

<sup>1</sup> O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

**Palavras-chave:** História e Cultura Afro-brasileira. Lei 10.639/03. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Grupos de Pesquisa do CNPq. Produção Científica.

**Abstract:** This paper reports a study performed in the Directory of Research Groups in Brazil (DGP) registered by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) which approach Act 10.639/03 and the scientific production about it. It identifies the research groups which developed studies about the Act 10.639/03, its attributions and implementation. The research identifies the most discussed content about the Act 10.639/03, characterizing the subject of every analyzed work and subcategories which represent the published articles, which discuss mainly teachers' practice/formation, school education/curriculum and the implementation of the Act. The research highlights the importance of the theme and the recurrent interest of researchers in conducting studies and discussions about the several challenges to be faced, noticing that the publications in journals are not the main focus of these studies. The paper conclusion focuses on the relevance of the DGP, groups and research developed by the researchers to enrich the themes studied and the construction and dissemination of knowledge, including reflections about the characterization of the published works.

**Keywords:** Afro-Brazilian history and culture. Act 10.639/03. Directory of Research Groups in Brazil. CNPq research groups. Scientific production.

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando a contribuição dos grupos organizados de pesquisa para a produção do conhecimento em domínios específicos do saber, pode-se afirmar que as produções científicas desses grupos são determinantes para a consolidação desse conhecimento.

Este estudo volta-se aos pesquisadores que estudam a Lei 10.639/03, cujo objetivo é o reconhecimento da população negra, da sua cultura, da sua história e da sua luta. Alterando a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei 10.639/03 inclui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo oficial do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas. Com a aprovação dessa Lei, busca-se evidenciar as contribuições que a população negra proporcionou para a sociedade brasileira e minimizar estereótipos desenvolvidos em relação aos negros (BRASIL, 2003), em prol da reconstrução de sua identidade, cultura e de suas contribuições para a história do Brasil, por meio de práticas que avancem no reconhecimento e valorização do negro na sociedade.

A aprovação dessa Lei deve-se às lutas dos movimentos sociais negros com o intuito de romper a invisibilidade da contribuição da população negra para a sociedade brasileira, devida ao desconhecimento e falta de capacitação para lecionar a respeito dessa temática. Compreende-se, assim, que a implementação da Lei 10.639/03 no contexto da educação depende de uma nova postura e pensamento por parte da sociedade, incluindo-se educadores e profissionais da informação, no cenário dos ambientes informacionais em todos os níveis de ensino. Diante do exposto, este trabalho norteia-se pelo seguinte questionamento: **Como se**

**caracteriza a produção científica dos pesquisadores das linhas de pesquisa que discutem a Lei 10.639/03, nos grupos de pesquisa registrados no diretório do CNPq?** O questionamento desdobra-se em outras questões, tais como: Quais Linhas de Grupos de Pesquisa registrados no CNPq discutem a Lei 10.639? Como se caracterizam esses Grupos de Pesquisa e sua produção científica? Quais as áreas e os enfoques dos Grupos de Pesquisa?

Com a proposta de caracterizar a produção científica dos pesquisadores registrados no Diretório de Grupo de Pesquisa (DGP) do CNPq sobre o tema, objetiva-se identificar entre os Grupos e Linhas de Pesquisa do CNPq aqueles que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03, seus pesquisadores, linhas e produções; caracterizar essa produção científica, destacando-se a área de educação e analisar a produção científica dos pesquisadores em relação às categorias de análise.

A convicção de que a produção dos pesquisadores deve refletir benefícios para a sociedade, transcendendo os interesses pessoais de quem desenvolve a pesquisa, está presente neste estudo, pelo qual se valoriza o trabalho do intelectual crítico e ativo. Por meio desse tipo de pesquisador, os conhecimentos são adquiridos e disseminados fortalecendo a rede de comunicação e troca de experiências entre a sociedade científica. Se a comunicação científica proporciona o reconhecimento dos pesquisadores de forma nacional e internacional, dependendo dos suportes informacionais onde são publicados seus trabalhos, a importância de suas ideias para a área que desenvolve estudos amplia-se com a pesquisa divulgada. Dessa forma, ressalta-se a importância da criação de grupos de pesquisa, para estabelecer relações entre os membros pesquisadores e suas áreas de interesse, contribuindo para o surgimento de novos estudos.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA**

O universo da pesquisa compõe-se, portanto, dos estudos realizados por pesquisadores dos grupos selecionados por meio da busca e das linhas identificadas em cada um. Para caracterizá-lo, recorreu-se às fontes proporcionadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja missão de “fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas” tem contribuído para o avanço do conhecimento e da produção científica. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, [2014]). Dentre as diversas funções e programas que essa agência contempla, encontram-se ferramentas para disseminação e auxílio de pesquisas, como o currículo Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) no Brasil. Composto por uma base corrente de busca, o DGP desde seu

início, em 1992, proporciona acesso aos grupos de pesquisa e aos censos com dados estatísticos bianuais, demonstrando o perfil dos grupos de estudos cadastrados e permitindo que os participantes dos grupos tenham acesso às suas informações e possam atualizá-las sempre que necessário, o que foi decisivo para que se tornasse fonte de informação inicial desta pesquisa, para identificação dos grupos que realizam estudos sobre a Lei 10.639/03. Os censos disponibilizam dados até 2010 e apresentam várias estratégias de recuperação das informações por meio da busca textual. As pesquisas podem ser realizadas por meio das variáveis: grupos, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e produção C, T&A, podendo ser identificados no ato da busca utilizando as várias alternativas existentes na página de busca textual dos censos: nome do grupo, nome da linha de pesquisa, título da produção C, T&A, palavra-chave da linha de pesquisa, entre outros filtros. A busca textual citada difere da consulta na base corrente, porque se refere aos censos até 2010, enquanto a base corrente contém informações atuais, porém não contabilizadas ainda por meio dos censos do DGP no Brasil. Como o CNPq lançou uma nova versão do Diretório, em 23 de abril de 2014, com novas ferramentas de busca e melhor estruturação de leiaute do site, ampliando a quantidade de acessos e pesquisas, assim como ocorre com a plataforma Lattes, os estudos podem ser realizados por meio de muitas estratégias, tais como, pelo nome do grupo, linha de pesquisa, pesquisador, estudante, técnico e colaborador estrangeiro, além de filtros específicos sobre os grupos, aumentando dessa forma, as chances de recuperar a informação desejada. Passam a contemplar as especificidades de cada grupo e as relações estabelecidas entre participantes e produções científicas de cada autor, tais como pesquisadores, estudantes e técnicos, linhas de pesquisa atuais, especialidades do conhecimento, setores de aplicação envolvidos, produção científica, tecnológica e artística e parcerias estabelecidas entre os grupos e instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Essa disponibilidade permite o conhecimento dos grupos de pesquisa e também a troca de informações tanto dos pesquisadores como de usuários do DGP, propiciando o estabelecimento de inter-relações entre esses participantes e usuários. Permite também o acesso ao currículo Lattes dos pesquisadores pertencentes aos grupos e às linhas de pesquisa, definindo como pesquisador "o membro graduado ou pós-graduado da equipe de pesquisa, direta, ativa e criativamente envolvido com a realização de projetos e com a produção científica, tecnológica e artística do grupo." (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014). A utilização e o preenchimento do currículo Lattes são obrigatórios para todos os pesquisadores e estudantes pertencentes aos grupos de pesquisa, tendo se tornado exigência para participação no DGP a partir de 2002, almejando estabelecer uma relação entre as produções dos pesquisadores e os grupos institucionalizados

e propiciar o acesso às produções científicas de cada integrante dos grupos. (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014). Aparentemente contraditória, por estabelecer a liberdade criativa dos pesquisadores, por um lado, e o vínculo institucional compulsório explícito, por outro, essa nova política contribui para “tornar a ciência e tecnologia brasileira verdadeiramente internacional e fortalecer a capacidade educacional e de C&T interna ao país”. (SCHWARTZMAN, p. 2, 1993).

#### 4 BUSCA E RECUPERAÇÃO DOS DADOS

Para o desenvolvimento desse trabalho, foram selecionados os pesquisadores das linhas de pesquisa, que estudam a Lei 10.639/03, por meio das buscas no DGP. Após a seleção dos pesquisadores da área de Educação, selecionada por ser a mais expressiva pela quantidade de trabalhos publicados, foi realizada busca no currículo Lattes de cada integrante, o que proporcionou acesso e mapeamento de sua produção científica periódica em revistas. Essas produções foram distribuídas conforme a temática estudada para que se pudessem aferir quais discussões estão sendo efetivadas a respeito da Lei 10.639/03 pelos pesquisadores que fazem parte dos grupos de pesquisa registrados no Diretório do CNPq, assim como as relações entre suas produções e a realidade em que ocorrem os estudos. Nesse contexto, para categorizar tematicamente os trabalhos constituintes do corpus, foi realizada uma análise de conteúdo, seguindo-se as orientações de Bardin (2009).

Diante dos termos utilizados para a realização das buscas, foram identificados de forma precisa os grupos e linhas que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03. No Quadro 1, a seguir, são discriminadas a frequência por área de pesquisa, a quantidade de pesquisadores e dos estudantes que fazem parte dos grupos e das linhas de pesquisa.

**Quadro 1 - Dados relativos aos números de pesquisadores e estudantes por grupo e por linhas que estudam a Lei 10.639/03**

Área	Grupos	Linhas – Lei 10.639/03	Pesquisadores Grupos	Pesquisadores - Linhas	Estudantes Linhas
Artes	1	1	14	1	-
Educação	11	<b>12</b>	91	<b>30</b>	<b>24</b>
História	2	2	18	8	4
Letras	3	3	20	12	3
Sociologia	1	1	3	3	2
Total	18	19	<b>146</b>	<b>54</b>	33

**Fonte: Resultado da pesquisa**

O Quadro 1 expõe cinco áreas do conhecimento e o quantitativo dos grupos e linhas de pesquisa que tratam sobre a Lei 10.639/03. A coluna descrita como grupos designa a

quantidade presente em cada área representada no Quadro, ocorrendo o mesmo com as linhas que estudam a Lei. A quantidade de linhas pode ser maior ou menor do que a de grupos, porque na maioria dos casos existe apenas uma linha em cada grupo que pesquisa a Lei, com apenas uma exceção na área de Educação, com duas linhas no mesmo grupo. O mesmo acontece com os dados referentes aos pesquisadores, sendo exposto o número de pesquisadores dos grupos e linhas a eles relacionadas. O quantitativo por linha conseqüentemente será menor, porque nem todos os pesquisadores que fazem parte do grupo participam das linhas que desenvolvem pesquisas sobre a Lei 10.639, podendo estar presentes em outras linhas referentes a outros tipos de estudos.

Dentre as áreas dispostas no Quadro 1, a que mais contém grupos e linhas é Educação, com 11 grupos, totalizando 91 pesquisadores distribuídos entre eles, e 12 linhas com 30 pesquisadores e 24 estudantes distribuídos entre elas. A quantidade de pesquisadores é menor porque nem todos os pesquisadores que integram o grupo de pesquisa fazem parte das linhas que realizam estudos sobre a Lei. O motivo pelo qual a área de Educação possui mais grupos pode ser explicado por ser a Lei 10.639 voltada ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, portanto, afetando diretamente os estudos sobre fundamentos, planejamento de currículo, métodos e práticas de ensino. Vale ressaltar que dentre as 19 linhas de pesquisa recuperadas, quatro não trazem estudantes registrados, o que costuma ocorrer em relação aos temas emergentes, transitórios ou relacionados com aspectos legais, devido à ausência de uma tradição ou estabilidade suficiente para o processo de formação de pesquisadores. Por outro lado, os grupos procuram desenvolver e aprofundar os estudos sobre a Lei 10.639/03 em diversos âmbitos e áreas do conhecimento, discutindo sobre as dificuldades, desafios e perspectivas relacionadas à aplicação e efetividade da referida lei.

Outro aspecto a relevar refere-se aos interesses diversificados dos pesquisadores, que não se voltam exclusivamente para o tema, podendo ter participado como coautores dos artigos publicados e participarem de grupos de pesquisa diferenciados, em que a área principal de interesse não seja a Lei 10.639/03. No entanto, é importante lembrar que a pesquisa realizada no DGP do CNPq pode ter excluído outros pesquisadores não vinculados ao DGP, ou mesmo, cujas produções não foram recuperadas por meio da busca dos termos realizada na base. Entende-se, assim, que existam pesquisadores cujos trabalhos sobre a temática são veiculados em eventos, palestras, conferências, entrevistas na imprensa, ou outras formas de produção ainda não institucionalizadas ou consagradas não fazem parte do corpus de análise.

O Quadro 2 contém a descrição dos nomes dos grupos de pesquisa e das linhas, assim como as instituições em que são desenvolvidos os estudos, no total de 146 pesquisadores e 54 das linhas componentes dos grupos identificados.

**Quadro 2 Grupos e linhas de pesquisa que estudam a Lei 10.639/03.**

ÁREA	GRUPOS	LINHAS	INSTITUIÇÃO
<b>Artes</b>	CESA	História e historiografia da arte	USP
<b>Educação</b>	CEDIC_Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiosidades	Educação, Teologia e Religiosidades: Formação e pesquisa	UNEB
	Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileira	Afroperspectivas e educação	IFRJ
	Estudos Culturais em Educação e Arte	Matrizes Culturais Brasileiras. O ensino da arte e a lei 10.639	UFRRJ
	GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais	Ação Afirmativa, Multiculturalismo e Educação: a aplicação da Lei 10.639/03 na rede pública de ensino na Baixada Fluminense/RJ	UFRRJ
	Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão	História e Cultura Africana e Afro-Brasileira	UFG
	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - Labepeh/UFMG	Ensino de História e Diversidade cultural	UFMG
	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal de Uberlândia - NEAB/UFU	Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas Educação das relações étnico-raciais e práticas pedagógicas	UFU
	Políticas Sociais, relações Étnico-Raciais e Cidadania	Educação, Relações étnico-raciais e Ações Afirmativas	UNESP
	Racismo e Educação: Desafios para a Formação Docente	Formação de Professores e Relações Interétnicas	UFU
	Afrosin (Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções)	Ações Afirmativas e Educação das Relações Étnico-Raciais	UFRRJ
NUPEHDIC - Núcleo de Pesquisa em Educação, História e Diversidade Cultural	História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena	IFTO	
<b>História</b>	Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras	Experiências, Memórias e Culturas	UNEB
	Neab (núcleo de estudos afro-brasileiros)	Educação e relações raciais	UFT
<b>Letras</b>	Afirmção Identitária Negra e produções literárias afro-brasileiras e africanas (NEGR'AFROS)	Formação de Educadores/as para as Relações Etnicorraciais	UNEB
	O Sujeito no Ensino/Aprendizagem da Língua Materna: Oralidade/Escrita	Ensino/Aprendizagem de Língua Materna e a Lei 10.639/03	UFS
	Grupo de Estudo e Pesquisa: Relações Étnico-Raciais e Afirmção Identitária Negra (NIARE)	Formação de Educadores/as para as Relações Etnicorraciais	UNEB
<b>Sociologia</b>	Populações Tradicionais	Questões Étnico-Raciais, Socioambientais e Identidade Cultural no contexto das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008	IFS

Fonte: Resultado da pesquisa

O quadro 2 expõe os títulos dos grupos e linhas de pesquisa encontrados nas buscas realizadas no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, identificando as áreas e instituições a que pertencem. Ao todo são doze instituições que desenvolvem pesquisas sobre a Lei 10.639/03, recuperadas por meio das buscas realizadas pelas palavras-chave selecionadas para recuperação dos grupos. Algumas delas com três grupos, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) –, porém em áreas distintas, já a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – tem dois grupos na mesma área. Ocorre o mesmo com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na qual – constam dois grupos na mesma área. No que concerne aos nomes das linhas, nem sempre consta em seu título a informação de que desenvolvem estudos sobre a Lei 10.639/03, o que pode ser identificado, entretanto, nas palavras-chave e nos objetivos de cada linha.

Sendo assim, esta pesquisa buscou mapear as linhas de pesquisa que realizam estudos a respeito da Lei 10.639/03 e suas atribuições. A Lei é estudada por diferentes grupos de pesquisa e em doze instituições diferentes, dentro das cinco áreas mencionadas no Quadro 2.

A pesquisa por palavras-chave não recuperou grupos de pesquisa que também tratam sobre a temática, pelos motivos já expostos, como é o caso do grupo da área da Ciência da Informação, denominado Núcleo de Estudos e Pesquisa em Informação, Educação e Relações Étnico Raciais, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Trata-se de um grupo formado em 2008, que desenvolve estudos sobre as relações etnicorraciais, assim como sobre as memórias culturais e identitárias da população negra, realizando reflexões a respeito dessas temáticas e sobre a democratização do conhecimento e informação etnicorracial. Assim, ele aqui é referenciado, embora não seja atualizado há mais de 12 meses. Possui como líderes a professora doutora Mirian de Albuquerque Aquino e a professora doutora Alba Cleide Calado Wanderley. Deste grupo fazem parte duas linhas de pesquisa, Estudos Culturais e Educação e Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação, as quais são formadas pelas líderes do grupo e estudantes que participam das pesquisas a respeito das relações etnicorraciais como também da representação das memórias da população negra.

As relações entre grupos e linhas de pesquisa, todos da área de ciências humanas, são estritamente próximas no que concerne às áreas e temáticas em que se inserem. Seus títulos relacionam-se majoritariamente à educação e ao ensino, voltados para a história e cultura africana e afro-brasileira, assim como às relações étnico-raciais. As linhas de pesquisa desses grupos estudam diversos temas, destacando-se a Lei 10.639, presente em pelo menos uma linha de pesquisa em cada grupo identificado. Sendo assim, o Quadro 3 especifica o status dos grupos de pesquisa recuperados no diretório e as datas de formação de cada grupo.

**Quadro 3 - Status dos grupos de pesquisa identificados**

Grupos	Data de formação	Instituição	Status do grupo no diretório	Estado do grupo
CESA	2009	USP	Certificado	SP
CEDIC_Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiosidades	2009	UNEB	Certificado	BA
Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileira	2010	IFRJ	Certificado	RJ
Estudos Culturais em Educação e Arte	2006	UFRRJ	Certificado	RJ
GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais	2006	UFRRJ	Certificado	RJ
Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão	2006	UFG	Certificado	GO
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - Labepeh/UFMG	2012	UFMG	Certificado Não atualizado	MG
Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal de Uberlândia - NEAB	2010	UFU	Certificado	MG
Políticas Sociais, relações Étnico-Raciais e Cidadania	2012	UNESP	Certificado	SP
Racismo e Educação: Desafios para a Formação Docente	2005	UFU	Certificado	MG
Afrosin (Grupo de Pesquisa Afroperspectivas, Saberes e Interseções)	2010	UFRRJ	Certificado	RJ
NUPEHDIC - Núcleo de Pesquisa em Educação, História e Diversidade Cultural	2010	IFTO	Certificado	TO
Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras	2009	UNEB	Certificado	BA
Afirmação Identitária Negra e produções literárias afro-brasileiras e africanas (NEGR'AFROs)	2012	UNEB	Certificado	BA
O Sujeito no Ensino/Aprendizagem da Língua Materna: Oralidade/Escrita	2002	UFS	Certificado	SE
Grupo De Estudo E Pesquisa: Relações Étnico-Raciais E Afirmação Identitária Negra (NIARE)	2012	UNEB	Certificado	BA
Populações Tradicionais	2011	IFS	Certificado	SE

**Fonte: Resultado da pesquisa**

Dentre os dezessete grupos representados no Quadro 3, apenas um não foi atualizado há mais de 12 meses segundo informa o Diretório. Quanto ao restante dos grupos estão todos atualizados, aparecendo a informação “certificado pela instituição” e nenhum comentário sobre a não atualização do grupo. É importante destacar um grupo que aparece no quadro 2, porém não consta no quadro 3, por não estar atualizado, todavia, após uma nova busca, esse grupo não foi recuperado pelo Diretório, intitula-se: NEAB (Núcleo de Estudos Afro-

Brasileiros)/UFT da área de História. Sendo assim, pressupõe-se que o mesmo tenha sido desativado devido a não atualização.

O grupo mais antigo, com mais de dez anos, foi formado em 2002, intitulado O Sujeito no Ensino/Aprendizagem da Língua Materna: Oralidade/Escrita, da Universidade Federal de Sergipe. No entanto, a Lei 10.639/03 foi aprovada apenas em 2003, o que atesta que muitos pesquisadores já discutiam sobre a temática e a sua importância, antecipando-se ao instrumento legal, sendo possível considerar que a linha de pesquisa teria sido criada após a aprovação da Lei já supracitada.

Os grupos recuperados pelas buscas são oriundos de diferentes instituições, totalizando onze, porém algumas delas contam com mais de um grupo. São distribuídas em quatro regiões do Brasil, sendo uma no norte, três no nordeste, uma no centro-oeste e seis no sudeste. Apenas a região sul não está presente nas instituições que estudam a temática, pois embora se reconheça a existência de grupos trabalhando sobre o tema, esses não foram recuperados por não contemplarem os termos utilizados neste estudo.

Nesse contexto, após a realização das buscas nos currículos Lattes, foram identificados os pesquisadores das linhas que produzem sobre a Lei 10.639/03 e feita a quantificação dos artigos publicados em revistas. A área da educação foi selecionada para a realização da análise por ser a mais representada por linhas e pesquisadores.

A pesquisa realizada nos currículos Lattes ocorreu no mês de janeiro de 2015 para verificar a atualidade desses mecanismos. No que concerne às publicações de artigos em revistas, foram encontrados 30 pesquisadores pertencentes às linhas de pesquisa, porém 18 não possuem publicações em periódicos sobre a Lei 10.639/03. Vale ressaltar, que também publicam em outros suportes informacionais como as publicações/organizações de livros e capítulos de livros.

#### **Quadro 5 – Produções dos pesquisadores**

<b>PESQUISADORES</b>	<b>ARTIGOS PUBLICADOS/ANO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>
<b>Luciane Ribeiro Dias Gonçalves/ Doutora</b>	1- Cultura, educação e Lei 10.639/03: discussões, tendências e desafios. Horizontes (EDUSF), v. 30, p. 17, 2013. 2- Políticas curriculares e descolonização dos currículos: a Lei 10.639/03 e os desafios para a formação de professores. Educação e políticas em debate, v. 02, p. 27-33, 2013.	1 - Cultura negra, valores civilizatórios, africanidades 2- Lei 10.639/03, prática docente, pesquisa
<b>Guimes Rodrigues Filho/ Doutor</b>	3- Concepções de professores de ciências do ensino fundamental e médio a respeito da Lei Federal 10.639/03. Ensino em Revista (UFU. Impresso), v. 19, p. 393-402, 2012. 4- A bioquímica do candomblé - Possibilidades didáticas de aplicação da lei federal 10.639/03. Química Nova na Escola (Impresso), v. 33, p. 85-92, 2011.	3- Lei 10.639/03. Professores de Ciências. Concepções. 4- Candomblé, lei federal 10639/03, química, bioquímica

<b>Roberta Fusconi /Pós Doutora</b>	5- A bioquímica do candomblé - Possibilidades didáticas de aplicação da lei federal 10.639/03. Química Nova na Escola (Impresso), v. 33, p. 85-92, 2011.	5- Candomblé, Lei federal 10639/03, química, bioquímica
<b>Benjamin Xavier De Paula/ Doutor</b>	6- 10 anos da Lei Federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. Educação E Pesquisa (USP. impresso), v. 40, p. 435-448, 2014.	6- Ensino - História da África - Formação de professores -História afro-brasileira
<b>Renato Nogueira Dos Santos Junior/ Doutor</b>	7- Afrocentricidade e Educação: princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África e Africanidades, v. III, p. 01-18, 2010.	7- ---
<b>Claudemir Figueiredo Pessoa /Mestre</b>	8- A Lei n.º 10.639/03 e a folclorização racista. Pesquiseduca, v. I, p. 20-27, 2010.	8- Políticas afirmativas; Lei n.º 10.639/03; ensino de Artes; folclorização racista
<b>Alexandre Do Nascimento/ Pós-Doutor</b>	9- Educação das Relações Étnico-Raciais: Elementos teóricos e metodológicos de uma prática de formação docente. Revista Magistro, v. 8, p. 19-27, 2013	9- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, educação das relações etnicorraciais, formação de professores
<b>Cláudia Regina De Paula/ Doutora</b>	10- O protagonismo negro: o Movimento Negro na luta por uma educação antirracista. Acervo (Rio de Janeiro), v. 22, p. 95-107, 2009.	10- Educação antirracista; lei n. 10.639/03; movimento negro
<b>Cristiane Coppe De Oliveira/ Doutora</b>	11- Implementação da Lei 10639/03 nas licenciaturas da FACIP/UFU: investigando práticas sob a perspectiva da Etnomatemática. Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente, v. XI, p. 219-242, 2013.	11- Lei 10.639/03, formação inicial, Etnomatemática.
<b>Luciano Magela Roza/ Doutor</b>	12- O Ensino de História entre o dever de memória e o direito à história. Revista História Hoje, v. 1, p. 89-110, 2011.	12- resumo disponível
<b>Júnia Sales Pereira/ Doutora</b>	13- O Ensino de História entre o dever de memória e o direito à história. Revista História Hoje, v. 1, p. 89-110, 2012. 14- Diálogos sobre o exercício da docência no contexto de recepção das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Educação e Realidade, v. 36, p. 147-172, 2011. 15- Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-lei 10.639/03. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 21, p. 21-44, 2008.	13- resumo disponível 14- Ensino de História. Recepção da Lei 11.645/08. 15- ---
<b>Lorene Dos Santos/ Doutora</b>	16- Ensino de História e Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática.. Cadernos de História (Belo Horizonte), v. 12, p. 59-92, 2011. 17- A temática africana e afro-brasileira na educação básica: desafios para a formação docente. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 1, p. 83-96, 2010. 18- Desafios da mudança no ensino de história - currículo e formação de professores. Revista do Instituto de Ciências Humanas, v. 2, p. 111-124, 2006	16- História e cultura africana e afro-brasileira; Educação antirracista; Historiografia; Ensino de história 17 – trabalho não disponível 18 – trabalho não disponível

Fonte: Resultado da pesquisa

O Quadro 5 apresenta os nomes dos pesquisadores e os artigos publicados em revistas, incluindo também as palavras-chave dos trabalhos. Porém, alguns não possuem palavras-chave, uma vez que o texto não contém resumo ou não está disponível o arquivo completo. Infere-se então, que sejam periódicos impressos ou que a revista seja paga, de acesso exclusivo, não estando disponível também no Portal de periódicos da Capes.

A recuperação dos artigos ocorreu por meio da pesquisa no currículo Lattes dos pesquisadores e posteriormente a busca dos artigos nas revistas disponíveis online. A seleção foi realizada primeiramente conforme título, resumo, palavras-chave e por último o conteúdo do texto completo, porque em alguns dos artigos não estava explícito que se tratava sobre a temática pesquisada neste trabalho.

Em algumas publicações constam autores de linhas diferentes, ou seja, um mesmo pesquisador participa em mais de uma linha, mas compartilhar com outro no mesmo trabalho, ou seja, em coautoria. Assim, nem todos os trabalhos dos pesquisadores selecionados os trazem como autores principais. Foram totalizados 18 trabalhos, ressaltando-se que dois pesquisadores são responsáveis por duas publicações cada um e outros dois apresentam três artigos. Dentre os 18 trabalhos, dois deles não estavam disponíveis, tendo sido possível a análise pelo título da produção. Vale ressaltar que dois artigos foram listados duas vezes porque apresentam dois autores diferentes que fazem parte do mesmo trabalho.

É importante ressaltar que além das publicações e estudos realizados pelos grupos e linhas de pesquisa registrados no Diretório do CNPq, existem também outras instituições e estudiosos que trabalham diretamente com a área e podem não estar incluídos nesse universo acadêmico. Nesse contexto, pode-se citar o Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), desenvolvido na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói, Rio de Janeiro. Trata-se de um programa que trabalha para o desenvolvimento e efetivação de estudos que promovam a educação continuada para docentes sobre a temática da Educação para as Relações Étnicorraciais, procurando atender aos objetivos da Lei 10.639/03 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 20--). Esse programa também é responsável por diversas publicações que podem não estar incluídas nessa pesquisa. Vale ressaltar que na pesquisa do termo “História e cultura africana” foi encontrado um grupo de pesquisa nessa instituição, porém o diretório não havia disponibilizado as informações sobre as linhas pertencentes a esse grupo.

Sendo assim, a partir dos dados coletados neste trabalho foi elaborada uma categoria e subcategorias para representar e caracterizar essas produções. A categorização visa atender aos objetivos desse trabalho, configurando-se da seguinte maneira: **Categoria:** Lei 10.639/03;

e desdobrando-se em **Subcategorias:** Implementação da Lei; Educação/Currículo Escolar; Prática/Formação Docente; Religião de Matriz Africana e Movimento Negro.

Nesse contexto, a análise será realizada a partir das numerações estabelecidas nos artigos do quadro 6, relacionando-os com as referidas subcategorias das quais fazem parte. Abaixo estão dispostas as subcategorias e os trabalhos que são representados por elas.

**Implementação da lei: artigo 1** – a autora apresenta as dificuldades de implementação da Lei e critica o desconhecimento por parte da escola sobre a temática, refletindo sobre os desafios em compreender a cultura negra e em proporcionar um diálogo entre essa temática e as demais.

**Artigo 2** – evidencia as implicações para implementação da Lei a partir de uma entrevista com o pesquisador Kabengele Munanga. Demonstra que a aprovação da Lei é resultante da imperfeita harmonia racial, e que o mito da democracia racial ainda persiste no imaginário social da sociedade brasileira.

**Artigo 8** – realiza uma análise sobre a implementação da Lei e reflete sobre como está sendo desenvolvido esse processo como o passar dos anos em escolas municipais, envolvendo as séries iniciais de ensino na disciplina de Artes.

**Artigo 11** – relata e discute sobre a implementação da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade em sete licenciaturas da Universidade Federal de Uberlândia por meio da formação docente.

**Educação/currículo escolar: artigo 4/5** – Discute sobre a aplicação da Lei 10.639/03 na disciplina de Química, estudando as espécies de plantas utilizadas nos rituais do candomblé, uma religião de matriz africana. Ressalta a falta de material didático para se trabalhar com a temática nas diversas disciplinas, outra barreira para a implementação da Lei.

**Artigo 7** – trabalho que resulta de uma pesquisa na área de fundamentos da educação, apresentado em um evento da IPEAFRO, voltado para discussões sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar.

**Artigo 8** – realiza uma discussão sobre a Lei 10.639/03 e o ensino de Artes nas séries iniciais de escolas públicas municipais e analisa como essa temática está sendo disseminada em sala de aula, o que conforme o texto não atende aos objetivos da Lei e se dá de maneira preconceituosa.

**Artigo 12/13** – Realiza uma análise sobre as possibilidades existentes de estudar a cultura afro-brasileira no ensino de História.

**Artigo 15** – versa sobre o surgimento da Lei 10.639/03, fazendo reflexões sobre seus objetivos e discute a importância desse aparato para a educação, ressaltando os desafios enfrentados por professores de História diante do currículo escolar.

**Artigo 18** – Discute os desafios da mudança no ensino da história, após a aprovação da Lei 10.639/03.

**Prática/formação docente: Artigo 2-** Além de refletir sobre os desafios de implementação da Lei, destaca a importância da prática e formação docente quanto aos conteúdos designados pela legislação e aponta o empenho de professores em produzir livros com novos conteúdos que atendam aos objetivos da Lei 10.639/03.

**Artigo 3** - O trabalho realiza uma pesquisa com professores de ciências e matemática indagando-os a respeito do seu conhecimento sobre a Lei 10.639/03 e como utilizam e pretendem lecionar essa temática na prática em sala de aula.

**Artigo 6** – O trabalho versa sobre a formação de professores no âmbito da Lei 10.639/03. Realiza um mapeamento de teses e dissertações da CAPES e artigos científicos na base de dados SCIELO, analisando se os trabalhos produzidos versam sobre a formação docente no que concerne à história e cultura africana e afro-brasileira.

**Artigo 8** – Além de tratar sobre a implementação da Lei e a sua inserção no currículo escolar, busca também descobrir e refletir como os professores estão trabalhando com essa temática em sala de aula e qual importância está sendo aplicada à história e cultura africana e afro-brasileira. Porém, a pesquisa revela que há uma folclorização racista, ou seja, o estudo da temática não está de acordo com o que preconiza a Lei 10.639/03.

**Artigo 9** – apresenta e discute sobre um “Curso de Extensão em Educação das Relações Étnico-Raciais” realizado desde o ano de 2007 em uma instituição do Rio de Janeiro, voltado para formação de professores visando uma educação antirracista e anti-discriminatória.

**Artigo 11** - Ressalta a prática e experiências dos professores de sete licenciaturas da universidade Federal de Uberlândia, no que se refere à educação das relações étnico raciais no âmbito desses cursos. Busca verificar por meio da formação docente se a história e cultura africana e afro-brasileira está sendo realmente implementada.

**Artigo 14** – O trabalho reflete sobre a prática na formação docente, realizando uma investigação com professores da educação básica sobre o conhecimento e a prática da Lei 11.645/08 que complementa a Lei 10.639/03, acrescentando a história e cultura indígena.

**Artigo 16** – Busca destacar os desafios existentes na prática pedagógica dos professores da educação básica e a responsabilidade e compromisso em trabalhar na sala de aula com as temáticas propostas pela Lei 10.639/03.

**Artigo 17** – Trata sobre o ensino da história africana e afro-brasileira na educação básica, discutindo sobre os desafios da formação docente.

**Artigo 18** – Discorre também sobre os desafios na formação de professores, após a mudança do currículo escolar.

**Religião de matriz africana – artigo 4/5** – Esse trabalho trata da inserção da história e cultura africana e afro-brasileira na disciplina de Química e, para isso, disserta sobre o candomblé que, segundo o artigo, se trata de uma das religiões de matriz africana mais disseminadas em todo o país. Dessa forma, os autores utilizam os rituais do candomblé para trabalhar a temática em sala de aula, estudando as propriedades das plantas utilizadas nesses rituais.

**Movimento negro – Artigo 10** – o artigo analisa a luta do movimento negro no Brasil em prol de uma educação antirracista. Realiza uma análise desde a fundação da Frente Negra Brasileira até a aprovação da Lei 10.639/03.

Após a identificação dos artigos e de seus conteúdos classificados conforme as subcategorias, pode-se afirmar que o assunto mais presente nos artigos publicados em revista, refere-se à prática e formação docente, sendo representado por dez trabalhos. Tais estudos refletem sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes em sala de aula e sobre os métodos a serem aplicados nas diversas disciplinas para contemplar o que preconiza a Lei 10.639/03. Discutem também, a respeito do desconhecimento desses profissionais da educação sobre a temática e a falta de incentivo, formação, e até mesmo interesse desses educadores e do risco de se perpetuarem conteúdos discriminatórios e preconceituosos como os citados.

A segunda subcategoria mais representada, educação e currículo escolar, está presente em seis artigos que problematizam as dificuldades de inserção da temática no currículo, principalmente em algumas disciplinas específicas. Os estudos analisam também o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira nas licenciaturas e pesquisam sobre a postura dos docentes, confirmando a importância de se trabalhar essa questão no ambiente escolar, especialmente em aspectos como: "formação ideológica do aluno, aceitação da sua cultura (aceitação como valorização), contribuição para a mudança de uma sociedade focada e limitada no eurocentrismo". (MOREIRA, 2011, p. 86).

Além da aceitação e valorização da cultura, a aceitação da identidade e o reconhecimento da luta da população negra e suas contribuições à construção da história e à

produção intelectual, percebe-se a ênfase na implementação da Lei, nas dificuldades, desafios e conquistas realizadas. Assim, a terceira subcategoria é representada por quatro artigos, sobre o surgimento da Lei e os acontecimentos que proporcionaram essa promulgação, destacando a luta dos Movimentos Negros.

É importante evidenciar a impossibilidade de adotar a regra da mútua-exclusão na tarefa de distribuição dos artigos nas subcategorias, pois alguns deles discutem várias questões referentes à temática da Lei, podendo ser classificados em mais de uma categoria.

Contudo, apesar das poucas publicações, pode-se notar a importância das discussões desenvolvidas nesses trabalhos, em artigos cuja maioria foi publicada entre os anos de 2010 a 2013.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou identificar no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq quais os grupos realizam estudos sobre a Lei 10.639/03, com o intuito de mapear as linhas de pesquisa, as áreas e as instituições que sobre ela desenvolvem estudos. A análise de conteúdo permitiu que se caracterizasse a produção científica dos pesquisadores identificados pelos grupos, podendo-se perceber, inicialmente, a importância de um trabalho analítico sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, pois foram recuperadas 19 linhas de pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei em diferentes áreas, prevalecendo a área de Educação, por se tratar de uma Lei voltada para a educação e ensino. Vale ressaltar o quantitativo de pesquisadores e estudantes componentes dos grupos e linhas de pesquisa, sendo bastante expressiva a composição dos grupos em relação às linhas, pelo fato de apenas alguns pesquisadores do grupo tratarem do tema específico referente à Lei.

Deve-se registrar o papel desempenhado pelas plataformas digitais do CNPq como fontes para identificar e analisar a produção científica foco desta pesquisa. O DGP, por exemplo, permitiu a análise em âmbito nacional, facilitando o acesso e a recuperação dos dados, com base nos critérios de busca e seleção dos grupos de pesquisa, linhas, pesquisadores, áreas e instituições voltados à Lei 10.639/03. Além disso, o DGP disponibiliza os links diretamente para o currículo Lattes de cada um dos pesquisadores, o que fortalece o argumento favorável à atualização constante das plataformas.

Cabe destacar que, como intelectuais cuja proposta tem sido divulgar e compartilhar informações sobre a Lei 10.639/03, os sujeitos deste estudo têm colaborado para a produção do conhecimento sobre o tema, como propulsores de transformações de ideias políticas, sociais e educacionais. Sua colaboração, conforme os resultados desta pesquisa, adéqua-se aos

propósitos da legislação, no sentido de que sejam estabelecidos "conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares". (BRASIL, 2004, p. 18). Deve-se considerar ainda a ênfase que direciona os estudos ao processo de formação dos educadores para tratarem das questões relativas às relações étnico-raciais, motivando seus alunos a uma atitude de respeito às diferenças culturais. Foi também possível constatar a importância da Lei e o papel que os pesquisadores exercem como produtores de conhecimento e disseminadores de informações, motivando outras reflexões e estudos sobre as questões sociais, raciais, políticas, culturais, educacionais e econômicas presentes na sociedade.

Graças às subcategorias criadas a partir da análise, constatou-se que as produções discutem em sua maioria os desafios e dificuldades enfrentados pelos professores em sala de aula e também sobre a formação docente, sendo muito importante a capacitação correta desses profissionais de ensino para melhor lecionar sobre a temática nas diversas disciplinas. Apresentam discussões sobre o ensino em disciplinas específicas como a História, a Química e a Matemática. Relatam sobre as dificuldades de se trabalhar com a história e cultura africana e afro-brasileira nas disciplinas de uma maneira geral.

As discussões sobre o surgimento e a implementação da Lei 10.639/03, relatando as lutas e dificuldades enfrentadas para sua aprovação, voltam-se especialmente às ações do Movimento Negro e sua contribuição para o processo.

Além da visibilidade dos conteúdos, cujas principais discussões versam sobre implementação, currículo, prática e formação docente, o estudo deixa evidente que os pesquisadores das linhas de pesquisa que tratam sobre a Lei 10.639/03 não priorizam os periódicos para suas publicações, pois elas ocorrem também em livros e outras mídias.

Nota-se que as dificuldades de publicação são comuns às encontradas nas demais áreas do conhecimento, iniciando-se pelas diretrizes e regras estabelecidas pelos periódicos e instituições responsáveis pelas publicações. Entre elas podem constar critérios como titulação e não gratuidade de alguns periódicos, principalmente internacionais. Além disso, ainda existe o prazo para avaliação por pares e aprovação do artigo, que pode ocorrer em até um ano ou posterior a esse prazo. Sendo assim, todo esse processo dificulta e limita a disponibilização e acesso a muitas pesquisas e estudos em desenvolvimento como também já concluídos. Dentre outros fatores que dificultam a pesquisa, destaca-se a falta de informações complementares relativas às linhas de pesquisa, tais como objetivos e palavras-chave, o que inibe a identificação da principal temática estudada naquela linha, não sendo suficiente apenas a análise dos títulos para que se possa identificar os temas dos trabalhos identificados.

É possível, ainda, concluir que o processo de comunicação científica sobre a Lei 10.639/03 tem sido possível graças à concorrência dos pesquisadores dos grupos aqui analisados, como intelectuais críticos, e que suas produções vêm proporcionando maior conhecimento à comunidade científica a respeito da proposta e características da Lei, reafirmando a sua importância e necessidade em todos os níveis de ensino. A história e a cultura africana e afro-brasileira destacadas no desenvolvimento e circulação desse processo, por meio dos diversos canais da comunicação científica, sejam formais, informais ou eletrônicos, são visibilizadas por esses pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Presidência da República – Casa civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-Educacao das Relacoes Etnico-Raciais.pdf](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O CNPq**. [2014?]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=C3F96B0F024D45D62704C2E88578EF00>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL. **O Diretório**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

MOREIRA, P. F. S. D. et al. A Bioquímica do candomblé: possibilidades didáticas de aplicação da Lei Federal 10639/03. **Química Nova na Escola**, v. 33, n. 2, p. 86, maio 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Ciência e Tecnologia no Brasil**: Uma nova política para um mundo global. São Paulo: [s.n.], 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Penesb - Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/index.php/quem-somos>. Acesso em: 15 mar. 2015.